

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR	7
ABREVIATURAS	9
1. RESERVA LEGAL E TIPICIDADE	21
1.1 Visão panorâmica do ordenamento jurídico e a inserção do Direito Penal (natureza jurídica e conceito) no contexto	21
1.2 Princípio da reserva legal ou da anterioridade da lei penal	32
1.3 Lei penal no tempo	37
1.4 Lei penal no espaço	43
1.5 Ilícito civil e ilícito penal. Crime, delito e contravenção	47
1.6 Fontes e interpretação da lei penal	49
1.6.1 Costume.....	51
1.6.2 Analogia	53
1.6.3 Interpretação da lei penal	60
1.7 Crime: conceito e crítica	69
1.8 Estrutura do crime	72
1.9 Fato típico. Subsunção ou adequação. Tipicidade. Tipicidade conglo- bante	75
2. OBJETO JURÍDICO DO CRIME	81
2.1 Considerações preliminares e conceito	81
2.2 Objetividade jurídica genérica e específica. Integração ao tipo. Princípio da insignificância	82
2.3 Crimes pluriofensivos	91
2.4 Distribuição dos tipos pelo critério classificatório da objetividade juri- dica tutelada	92

3. AÇÃO TÍPICA	99
3.1 Conceito e elementos estruturais. Atuação e vontade direcionada	99
3.2 Processo de execução. Crimes de forma livre e forma vinculada	114
3.3 Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes	118
3.4 Crimes de ação simples e ação múltipla	121
3.5 Crimes comissivos, omissivos puros e comissivos por omissão	125
3.6 Crime habitual	139
3.7 Objeto material do crime	142
4. SUJEITOS DO DELITO	143
4.1 Sujeito ativo	143
4.2 Crimes comuns, especiais e de mão própria	147
4.3 Crimes monossujeitos e plurissujeitos	151
4.4 Sujeito passivo e prejudicado	154
4.5 Crimes bilaterais ou de encontro	163
5. RESULTADO	169
5.1 Resultado jurídico e resultado naturalístico. Crimes sem resultado	169
5.2 Crimes materiais e crimes de mera atividade	174
5.3 Crimes instantâneos e crimes permanentes	178
5.4 Condições objetivas de punibilidade	183
5.5 Tipos abertos	187
6. NEXO CAUSAL	191
6.1 Considerações preliminares, conceito e <i>imputatio facti</i>	191
6.2 Concorrência de causas e o princípio da equivalência	195
6.3 Superveniência de causa relativamente independente e exclusão da relação de causalidade	206
6.4 Teoria da imputação objetiva	216
6.5 Considerações derradeiras	225
7. OUTROS ELEMENTOS DO TIPO E CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES ...	227
7.1 Elementos valorativos culturais e jurídicos	227
7.1.1 Elementos valorativos culturais	228
7.1.2 Elementos valorativos jurídicos	231
7.2 Elementos modais	237
7.3 Tipos anormais: elementos normativos da antijuridicidade e elemento subjetivo do injusto	239

7.4 Dolo específico	242
7.5 Norma penal em branco	245
7.6 Classificação dos crimes	247
8. CIRCUNSTÂNCIAS ACIDENTAIS DO FATO TÍPICO	253
8.1 Conceito e significação	253
8.2 Previsão legal	257
8.3 Espécies	258
8.4 Concurso de circunstâncias acidentais	262
8.5 Circunstâncias judiciais	268
9. TENTATIVA	279
9.1 Considerações preliminares. Consumação e tentativa. O problema da adequação típica	279
9.2 <i>Iter criminis</i> : cogitação, atos preparatórios e execução	284
9.2.1 Classificação da tentativa	298
9.3 Falta de consumação e crime impossível	300
9.3.1 Crime impossível e flagrante preparado	308
9.4 Circunstância alheia à vontade do agente	312
9.4.1 Desistência voluntária	314
9.4.2 Arrependimento eficaz	320
9.4.3 Desistência voluntária e arrependimento eficaz: efeitos jurídicos ..	321
9.4.4 Arrependimento posterior	323
9.5 Pena da tentativa. Tentativa e circunstâncias acidentais	325
9.6 Inadmissibilidade da tentativa	326
10. ANTIJURIDICIDADE	335
10.1 Antijuridicidade formal ou abstrata e antijuridicidade material ou concreta	335
10.2 Causas excludentes da antijuridicidade	342
11. LEGÍTIMA DEFESA	345
11.1 Conceito, teorias e requisitos	345
11.2 Agressão injusta e atual ou iminente	348
11.3 A repulsa	357
11.4 Meios necessários, moderação e excesso	365
11.5 Legítima defesa de terceiro	370
11.6 Legítima defesa preordenada	372

11.7 Legítima defesa da honra	374
11.8 Legítima defesa contra multidão, na rixa e no duelo	384
11.9 Legítima defesa e tentativa	387
11.10 A pessoa jurídica e a legítima defesa	388
11.11 Legítima defesa putativa	388
 12. ESTADO DE NECESSIDADE	 391
12.1 Fundamento jurídico e requisitos	391
12.2 Situação de perigo atual	393
12.3 Perigo não provocado pelo agente	398
12.4 Inevitabilidade do fato típico	403
12.5 Proporcionalidade entre os bens jurídicos	406
12.6 Inexistência de dever legal	408
12.7 Estado de necessidade próprio e de terceiro	412
12.8 Anotações derradeiras	413
 13. ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL E EXERCÍCIO REGU- LAR DO DIREITO	 417
13.1 Estrito cumprimento do dever legal	417
13.2 Exercício regular do direito	420
 14. CULPABILIDADE	 431
14.1 Considerações preliminares	431
14.2 Princípio psicológico-normativo: estruturação	436
14.3 Elemento do crime, e não mero pressuposto de aplicação da pena	439
 15. NEXO SUBJETIVO: DOLO	 443
15.1 Vontade, representação e conhecimento da antijuridicidade	443
15.2 Dolo direto e dolo eventual	448
15.3 Dolo genérico e dolo específico	455
15.4 Dolo de dano e dolo de perigo	455
15.5 Prova do <i>animus</i>	458
 16. NEXO SUBJETIVO: CULPA	 463
16.1 Conduta contrária ao dever de diligência	463
16.1.1 Imprudência, negligência e imperícia	465
16.1.2 Conduta contrária ao dever de diligência e risco permitido.....	470

16.1.3 Conduta contrária ao dever de diligência: aferição.....	471
16.1.4 Compensação de culpas	475
16.1.5 Conduta contrária ao dever de diligência: conteúdo volitivo.....	476
16.1.6 Conduta contrária ao dever de diligência no trânsito.....	477
16.2 Resultado	479
16.3 Relação de causalidade	481
16.4 Previsibilidade, caso fortuito e modalidades de culpa.....	481
16.4.1 Modalidades de culpa.....	490
16.5 Expressa previsão legal	495
 17. NEXO SUBJETIVO: PRETERDOLO E CRIMES QUALIFICADOS PELO RESULTADO	 499
17.1 Preterdolo ou preterintenção	499
17.2 Crimes qualificados pelo resultado	500
17.3 A tentativa no crime qualificado pelo resultado	507
 18. O ERRO COMO EXIMENTE DO NEXO SUBJETIVO	 513
18.1 Prolegômenos	513
18.2 Erro essencial	514
18.3 Erro de tipo	515
18.4 Erro de proibição	520
18.5 Erro culposo	522
18.6 Erro accidental	522
18.7 Erro accidental: <i>aberratio ictus</i> e <i>aberratio personae</i>	523
18.8 Erro accidental: erro quanto ao objeto	529
18.9 Erro accidental: <i>aberratio causae</i>	529
18.10 Erro accidental: erro no crime	532
18.11 Erro de direito: presunção <i>juris et de jure</i> e <i>juris tantum</i> – o erro de proibição normativo	533
18.11.1 Crime putativo ou imaginário	542
18.12 Erro induzido	544
 19. IMPUTABILIDADE PENAL E SUAS EXIMENTES	 545
19.1 Conceito e critério informativo	545
19.2 Maturidade penal	547
19.3 Sanidade mental	550
19.4 Embriaguez e substância de efeitos análogos – a questão da <i>actio libera in causa</i> . Prova da embriaguez	556
19.5 Emoção e paixão	565

20. EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA E DIRIMENTES	569
20.1 Noção	569
20.2 Coação moral irresistível	572
20.3 Obediência à ordem de superior hierárquico	578
21. CONCURSO DE PESSOAS	583
21.1 Noção e espécies	583
21.2 Concurso de pessoas: <i>intraneus</i> e <i>extraneus</i>	584
21.2.1 A questão da tipicidade.....	588
21.2.2 Princípio regente	589
21.2.3 Formas de participação	591
21.2.4 Co-autoria frustrada	595
21.2.5 Participação e crime plurissubjetivo	596
21.2.6 Concurso de pessoas: requisitos necessários à configuração jurídica.....	598
21.3 Concurso de pessoas: nexo causal	598
21.4 Concurso de pessoas: nexo psicológico	601
21.4.1 Nexo psicológico: sua extensão e os limites da culpabilidade – a intenção de participar de crime de menor gravidade	604
21.5 Concurso de pessoas: homogeneidade do elemento subjetivo e erro induzido	610
21.5.1 Co-autoria e participação em crime culposos – condutas culposas sucessivas.....	613
21.6 Momento da participação	616
21.7 Participação e comunicabilidade das circunstâncias	618
21.8 Co-autoria e crime multitudinário	627
21.9 Agente provocador e agente infiltrado no concurso de pessoas	628
21.10 Desistência voluntária e arrependimento eficaz na participação	631
21.11 Participação e causa de exclusão de antijuridicidade	633
21.12 Autoria colateral e autoria incerta	636
21.13 Autoria mediata	639
22. CONCURSO DE CRIMES	643
22.1 Prolegômenos	643
22.2 Concurso formal	644
22.3 Concurso material	648
22.4 Concurso material e limite das penas	648
23. CRIME CONTINUADO	651
23.1 Considerações preliminares e críticas	651

23.2 Crimes da mesma espécie – conexão temporal, espacial e de <i>modus operandi</i> – a unidade de desígnio – bens personalíssimos	657
23.3 Crime continuado e penas pecuniárias	664
23.4 Crime continuado e coisa julgada	664
24. CONFLITO APARENTE DE NORMAS PENAIS	671
24.1 Colocação e sede do problema. Princípios regentes	671
24.2 Especialidade	674
24.3 Subsidiariedade	676
24.4 Consunção	678
24.5 Outros princípios e advertência final	693
25. SANÇÃO PENAL	695
25.1 Sanção penal e penas privativas da liberdade: introdução, finalidade e espécies	695
25.1.1 Reclusão, detenção e prisão simples	697
25.2 Aplicação da pena	699
25.3 Detração penal	700
25.4 Cumprimento das penas privativas de liberdade	704
25.4.1 Regência prisional fechada	705
25.4.2 Regência prisional semi-aberta	707
25.4.3 Regime aberto e prisão domiciliar	707
25.4.4 Progressão	709
25.4.5 Regressão	713
25.4.6 Remição.....	715
25.5 Penas restritivas de direito	717
25.5.1 Prestação pecuniária e prestação inominada.....	724
25.5.2 Perda de bens ou valores	727
25.5.3 Prestação de serviços à comunidade	728
25.5.4 Interdição temporária de direitos	730
25.5.5 Proibição de frequência a determinados lugares.....	733
25.5.6 Limitação de fim de semana.....	733
25.6 Pena de multa	734
25.7 Suspensão condicional da pena	738
25.7.1 Revogação e prorrogação do <i>sursis</i>	743
25.8 Livramento condicional	748
25.8.1 Revogação do livramento.....	756
25.9 Medidas de segurança	758

26. AÇÃO PENAL	767
26.1 Ação penal: noções introdutórias e espécies	767
26.2 Princípios regentes da ação penal	772
26.3 Ação penal privada	774
26.4 Ação penal pública condicionada e as condições de procedibilidade	775
26.5 Titularidade dos direitos de queixa e representação	777
26.6 Ação penal condicionada – representação: oferecimento	785
26.7 Ação penal condicionada – representação: forma	786
26.8 Retratabilidade da representação e requisição ministerial	789
26.9 Ação penal condicionada pela pobreza	792
26.10 Ação penal privada subsidiária	796
26.11 Ação penal no crime complexo	798
27. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	801
27.1 Introdução	801
27.2 Morte do agente	804
27.3 Anistia, graça e indulto	806
27.4 <i>Abolitio criminis</i>	809
27.5 Causas extintivas da punibilidade na ação penal pública condicionada e na ação penal de exclusiva iniciativa privada	809
27.5.1 Decadência	810
27.5.2 Renúncia ao direito de queixa	815
27.5.3 Perdão	817
27.5.4 Perempção	819
27.6 Retratação do agente	821
27.7 Perdão judicial	824
27.8 Prescrição	830
27.8.1 Prescrição da pretensão punitiva	831
27.8.2 Suspensão do prazo prescricional	835
27.8.3 Interrupção do prazo prescricional	838
27.8.4 Prescrição da pretensão executória	842
27.8.5 Prescrição intercorrente e prescrição retroativa	843
27.8.6 Prescrição antecipada ou virtual	846
27.8.7 Prescrição: efeitos	849
27.8.8 Prescrição: casos especiais	849
27.9 Escusas absolutórias	854
BIBLIOGRAFIA	855